

Cumpridas quatro em cinco metas

por Cláudia Safatle
de Brasília

Das cinco metas que envolvem o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo brasileiro cumpriu quatro, e, destas, duas com bastante folga: as reservas cambiais, que pelo conceito de liquidez internacional encerraram o primeiro semestre no nível recorde de US\$ 20,49 bilhões, representando uma margem de US\$ 11,53 bilhões sobre o teto de US\$ 8,96 bilhões, e o crédito interno líquido — conceito que mede o papel-moeda emitido

menos a variação das reservas internacionais. Nesse critério, a meta estabelecia uma contenção do crédito em Cr\$ 10,45 trilhões, e o realizado foi de Cr\$ 31,44 trilhões.

Segundo explicou o diretor da área externa do Banco Central (BC), Armínio Fraga, as reservas cambiais em junho passado, pelo conceito de "caixa", que representa uma composição de divisas com maior liquidez, ficaram em cerca de US\$ 18 bilhões.

DESEMBOLSOS

Outro critério de desempenho que tem sido obedecido com certa facilidade nos acordos com o FMI é o referente ao endividamento externo, medido pelo conceito de "desembolsos externos líquidos". Por esse critério, a economia brasileira poderia ter se endividado, entre janeiro e junho, em até US\$ 10,26 bilhões, mas o realizado foi de US\$ 8,72 bilhões.

A área fiscal é a mais problemática do acordo com o FMI. Nela, dois critérios (déficit público nominal e operacional) e um conceito indicativo (primário) medem os resultados obtidos pelo governo. Os números que os técnicos brasileiros, que embarcaram ontem para Washington, entregam hoje para o "staff" do FMI são:

● **Déficit nominal** — refere-se ao estoque da dívida do setor público não financeiro corrigida pela inflação (ou taxa de câmbio). Como a inflação no primei-

ro semestre ficou acima das expectativas embutidas no acordo com o FMI, o déficit que deveria ser de no máximo Cr\$ 120 trilhões, superou esse limite em Cr\$ 50,95 trilhões. Se forem considerados os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o estouro cai para Cr\$ 35,72 trilhões. Só que o FMI não contabiliza os recursos do FAT como dedutíveis do estoque da dívida consolidada do setor público.

O governo federal participou com Cr\$ 42,92 trilhões desse desvio de meta, os governos estaduais e municipais registraram um estouro de Cr\$ 8,88 trilhões e as empresas estatais, um superávit de Cr\$ 853 bilhões no conceito nominal.

● **Déficit operacional** — mede apenas a variação real do estoque de dívida do setor público. Surpreendentemente, por esse critério, o governo conseguiu cumprir as metas do acordo. O teto do déficit era de Cr\$ 11,4 trilhões e ficou Cr\$ 16 milhões aquém, encerrando o semestre em Cr\$ 11,38 trilhões. Também nesse caso o governo federal foi o principal responsável, por causa da perda real de receitas tributárias.

● **Primário** — esse conceito mede a diferença entre receitas e despesas totais do setor público e foi realizado um desvio de Cr\$ 570 bilhões entre a meta indicativa de Cr\$ 14,8 trilhões e os Cr\$ 14,23 trilhões de saldo realizado.